

Reitor ajudou a resolver problema salarial de 18 docentes

Faculdade de Farmácia de Lisboa retoma actividade segunda-feira

As actividades lectivas na Faculdade de Farmácia de Lisboa recomençarão na segunda-feira, decidiu ontem uma assembleia geral de escola, realizada uma semana depois da suspensão das aulas e testes, como protesto contra o não pagamento de salários a 18 professores desde Outubro.

O REITOR da Universidade de Lisboa, Meira Soares, participou em parte da reunião, tendo dado conhecimento das medidas tomadas para obviar aquela situação anómala, para o que a Reitoria foi obrigada a uma transferência de verbas para a Faculdade, da ordem dos três mil contos.

Anteriormente, já a Universidade atribuíra a Farmácia uma quantia de nove mil contos, pelo que o resto do quantitativo global imprescindível para honrar o compromisso com os assistentes-estagiários contratados terá de ser mobilizado internamente pela própria escola: mais quatro mil contos.

O presidente do conselho directivo da Faculdade, José do Nascimento, reconheceu deficiências, cuja correcção deverá permitir uma «racionalização da distribuição de pessoal e serviços». Segundo ele, «há muitas irregularidades na distribuição do serviço docente». Responsável por isto seria, em parte, no seu entender, o Conselho Científico da Faculdade. A AGE censurou, aliás, todos os órgãos de gestão da escola.

Um docente lamentou «um

certo alheamento em relação às ciências farmacêuticas» na própria Faculdade em que são elas a conferir-lhe especificidade. Uma discente, por sua vez, denunciou a situação na cadeira de Sociologia, onde não houve ainda aulas este ano lectivo, por impossibilidade do professor. Foi sugerido, em moção, que o reitor da Universidade proceda, este ano, à anulação da cadeira.

Um dos temas que mais apasionou os participantes na AGE foi o conhecimento de manobras em curso para criar uma Faculdade de Farmácia particular. O facto foi considerado grave e soube-se que alguns professores da Faculdade oficial foram já convidados. Apontaram-se, também, alguns apoios com que a iniciativa — privada — contaria.

Organismos do Estado a pro-

mover uma Faculdade privada é uma situação que os participantes rejeitaram. Uma moção afirmava o «repúdio» pelo projecto e apelava às outras Faculdades de Farmácia do País e à Ordem dos Farmacêuticos para não facilitarem um plano, que ganharia consistência «sobre as cinzas» da FFL.

Da ordem de trabalhos constava também a elaboração em curso no Parlamento de uma Lei da Propriedade das Farmácias, vista com «maus olhos», se destinada a permitir que a propriedade destes estabelecimentos deixe de ser obrigatoriamente de farmacêuticos. Uma professora presente disse ao DN: «Agora, 90 por cento da indústria farmacêutica já está nas mãos das multinacionais; se as farmácias forem liberalizadas, dentro de pouco tempo acontece-lhes o mesmo».

Dia

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31

Política - Profissionais